

Participei dessa manifestação, fiz uma intervenção. Os servidores do Judiciário estão lutando há muito tempo para que o Tribunal de Justiça crie uma política salarial diferente da existente, que hoje é de arrocho e de defasagem. O Tribunal de Justiça tem uma dívida enorme com esses trabalhadores, inclusive há na Alesp um projeto de lei do próprio Tribunal de Justiça, de 2013, o PLC 30, dando conta dessa dívida que não é paga nunca, mas ela é paga para a Magistratura. A Magistratura tem tudo e os servidores nada. É assim que os servidores são tratados aqui em São Paulo.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que há dinheiro, sim, nos cofres, há dinheiro no Tribunal de Justiça, há dinheiro no Orçamento, a questão é que o Orçamento é disputado: de um lado o poder econômico, as grandes empresas com as suas isenções fiscais, com seus benefícios fiscais, e de outro a população querendo investimento nas áreas sociais.

Por fim, Sr. Presidente, queremos aqui ressaltar e manifestar nosso total apoio a uma luta importante dos escreventes, que é a instituição do nível universitário. Foi aprovado, no ano retrasado, um projeto de lei criando o nível universitário para os oficiais de Justiça, que entra em vigor no ano que vem. E, no entanto, temos outro setor importante, que são os escreventes, quase todos com formação universitária, mas não ganham por isso. Então queremos fazer aqui publicamente um pedido ao Tribunal de Justiça para que ele encaminhe à Assembleia Legislativa um projeto de lei, e isso tem que vir do Judiciário, criando o nível universitário para todos os servidores escreventes do Tribunal de Justiça. Isso é muito importante. É uma forma de compensar um pouco os baixíssimos salários e essa grande defasagem salarial.

Não é só isso, logicamente. Há a questão da falta de servidores. Há um déficit no Judiciário de mais de 15 mil servidores. Por isso que é preciso abrir novos concursos públicos, chamar os concursados, principalmente no interior, na Baixada Santista e na grande São Paulo. Parece-me que em São Paulo já chamaram todos os aprovados, mas falta o interior, a Baixada Santista e a grande São Paulo. Há concursados esperando e os fóruns estão sem esses servidores. A situação dos servidores da Justiça é muito grave: há assédio moral, perseguição política nos fóruns, nas comarcas, excesso de processo, falta de funcionários.

Fui à Baixada Santista, esses dias, e participei de alguns atos, manifestações. Por exemplo, em Santos, não há ar-condicionado no fórum. Os servidores penam ali, uma cidade muito quente. Não há infraestrutura básica, hoje, no Tribunal de Justiça de São Paulo para os nossos servidores.

Fica aqui o nosso apelo ao presidente do Tribunal de Justiça para que atenda as reivindicações dos servidores e mande imediatamente para a Assembleia Legislativa o projeto de lei criando o nível universitário para os escreventes do Tribunal de Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

- Suspensa às 15 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 37 minutos, sob a Presidência do Sr. Teonílio Barba.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - TEONILIO BARBA - PT - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, subo à tribuna nesta tarde para registrar uma preocupação e para tomar público um posicionamento.

Nós sabemos que as ferrovias foram importantes para unificar o nosso País, para desenvolver o nosso País, sobretudo o nosso Estado, e, em especial, a minha região, de Sorocaba.

Quando estourou a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, a Marinha Mercante virou pró-norte e embargou o sul de fornecer algodão para a Inglaterra. Vários engenheiros saíram da Inglaterra e foram a Sorocaba plantar algodão.

Depois da plantação de algodão em Sorocaba, surgiu a necessidade de escoar a produção. Então, vários engenheiros do estado de São Paulo, do próprio município, e também ingleses, começaram a lutar para que nós tivéssemos a construção do entroncamento da Sorocabana, ferrovia de Sorocaba, importantíssima, que liga a Região Metropolitana de Sorocaba com todo o Brasil.

Sorocaba, por conta disso, se tornou, inclusive, conhecida nacionalmente como a Manchester paulista, pela grande concentração não só de algodão, mas também da indústria têxtil. Surgiu ali também um forte movimento operário, com a figura histórica da Salvadora Lopes, que foi até eleita vereadora e casada pela ditadura Vargas. Salvadora Lopes, a vereadora mais votada, tecelã, referência das mulheres na cidade de Sorocaba.

Eu subo à tribuna para fazer esse registro histórico da importância da ferrovia para a minha região metropolitana.

No entanto, em 1998, a ferrovia foi privatizada pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso. Essa privatização gerou uma empresa, a Ferroban, que ganhou a licitação que foi feita, a concessão.

Depois, essa concessão foi passada para a América Latina Logística e, hoje, está com a Rumo Logística. A concessão é de 40 anos. No entanto, temos um problema com a ferrovia na Região Metropolitana de Sorocaba: diferentemente da Grande São Paulo, lá não se transporta passageiros. Aqui, foi construída a CPTM e a ferrovia é utilizada pra transportar passageiros. Em Sorocaba, não. Há dias em que passa um trem cargueiro, apenas um, sendo que a ferrovia corta a cidade de Sorocaba inteira e a interliga com toda a região. No entanto, é subutilizada.

Agora, para nossa preocupação em relação a esse contrato de concessão que venceria daqui a 11 anos, a Rumo Logística... Em minha avaliação, estamos em um momento no Brasil em que não temos governo federal; temos uma ausência de governo. O que está hoje em Brasília são interesses corporativos. Resolveram se aproveitar desta ocasião para antecipar o contrato de concessão em 11 anos. Onze anos! Querem antecipar o contrato de concessão.

A cidade de São José do Rio Preto fez uma audiência pública junto com à ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres - para debater esse tema. Protocolizei nesta Casa um requerimento, também na Comissão de Transportes, e quero solicitar aos Srs. Deputados das diversas regiões do Estado que também façam pedidos de audiência pública e que a Comissão de Transportes também entre neste tema. Vai ser feita uma antecipação de 11 anos e não sabemos por quê. Por que a empresa concessionária quer, neste momento, antecipar em mais 40 anos um contrato que iria vencer daqui a 11 anos?

O ponto central é o seguinte: a nossa região quer utilizar a ferrovia para transporte de passageiros. Queremos ativar a Estação Ferroviária de Sorocaba, pois possibilitaria a interligação com todas as cidades da região e também com São Paulo. O transporte ferroviário é extremamente seguro. Bastando pequenos reparos e pequenas reformas, a bitola comporta trens de passageiros.

Então, entramos com um pedido na Comissão de Transportes desta Casa e entrei com um documento junto à ANTT. Se houve audiência em São José do Rio Preto, por que não fazer também aqui na Assembleia Legislativa e em Sorocaba, que é sede administrativa da Região Metropolitana, para debatermos essa questão?

Depois que o contrato for renovado, o que a empresa falará? Dirá que tem o contrato de concessão e que lá não está dizendo que a ferrovia deverá ser utilizada para transporte de passageiros, apenas para carga. Então, este é o momento.

Quero fazer um apelo a todos os prefeitos da Região Metropolitana de Sorocaba para que se mobilizem, sobretudo aqueles que têm secretarias de Transportes ou diretorias de Transportes, pois este é um tema muito importante.

Hoje, o transporte rodoviário está caro. Há muito trânsito em São Paulo e em Sorocaba também. Está caro, demorado e com muitos acidentes. Então, temos que lançar mão desta alternativa importante. O mundo desenvolvido inteiro usa. Na Europa, as pessoas vão da Alemanha até a Itália de trem. É uma vergonha termos uma malha ferroviária inteira construída aqui no estado de São Paulo e não a utilizarmos para o transporte de passageiros. Aqui na Grande São Paulo existe a CPTM; pelo menos o povo é transportado em trens. Temos que fazer isso também na região de Sorocaba e nas diversas regiões do estado de São Paulo.

Fica registrado o momento muito importante que esta Casa vai viver, sobretudo na Comissão de Transportes, que é essa pressão junto à ANTT para que façamos audiências não apenas em São José do Rio Preto, mas também em outros municípios. Se depender deste deputado, vamos fazer uma luta permanente nesta Casa para garantir que o povo - os arquitetos, urbanistas e pessoas que se interessam por transporte coletivo - possa ser ouvido.

Entrei no site do Ministério dos Transportes e ele abriu para consulta pública. Entreguei um documento corroborando com tudo o que disse aqui e fazendo a solicitação para que seja realizada uma audiência pública em Sorocaba. Queremos incluir, no novo contrato de concessão, a utilização da linha férrea de Sorocaba - do entroncamento da Sorocabana, já cantada em prosa e verso - também para o transporte de passageiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Fica registrado o nosso posicionamento.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Sr. Presidente, em nome da liderança do PT, gostaria de passar a palavra ao nobre deputado Alencar Santana Braga, pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - TEONILIO BARBA - PT - É regimental. Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga para falar pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, agradeço primeiramente ao deputado Luiz Turco pela concessão do tempo. Tratarei sobre o Metrô e as irregularidades que acontecem atualmente, bem como sobre os requerimentos que aprovamos na Comissão de Infraestrutura na tarde de hoje.

O Metrô teve informações recentes de uma ação do Ministério Público paulista, e nós ficamos felizes por essa ação. Torcemos para que ela se prolongue, seja efetiva e seja transparente, para que todos tenham acesso às informações e possamos descobrir o que de fato ocorre com as irregularidades nos contratos que envolvem o Metrô.

Nessa denúncia, há a suspeita de desvio de mais de 47 milhões em pagamentos feitos de forma indevida por obras não realizadas. Ou seja, o Metrô de São Paulo pagou ao consórcio que estaria fazendo uma obra, mas esta obra ficou parada um ano. Mesmo assim, o Metrô desembolsou o dinheiro, mesmo assim o Metrô pagou. Isso está atestado, foram mais de 47 milhões. Pagou por quê? Quem determinou? Quem foi o beneficiário desse dinheiro, dessa propina paga indevidamente pelo Metrô? Queremos saber.

Apresentamos o requerimento de convocação do presidente do Metrô, e na hora o convertemos em convite, para que pudesse ser aprovado. Esperamos que o presidente venha a esta Casa prestar os devidos esclarecimentos. Não só a Assembleia Legislativa tem o dever de cobrar informações e de investigar, como o povo de São Paulo tem o direito de saber o que ocorre com o dinheiro do Metrô.

No dia a dia o povo sofre com o metrô lotado e com as panes, como a que ocorreu na semana passada, na Linha 3, colocando em risco a vida de passageiros que trafegavam naquele metrô que descarrilou. Ainda bem que não houve uma tragédia maior. Isso ocorreu por falta de investimento, de zelo, de cuidado, de atenção do Governo do Estado de São Paulo, do secretário dos Transportes Metropolitanos e do presidente do Metrô em relação a essa questão.

Aprovamos ainda outro requerimento relativo ao presidente do Metrô e também ao secretário dos Transportes Metropolitanos e do secretário de Finanças sobre uma notícia que voltou à tona este ano, mas que é do ano passado: o calote do Governo do Estado de São Paulo na empresa pública Metrô. O governador deveria ter pagado valores contratuais referentes à tarifa para o Metrô, mas não pagou. O prejuízo estimado é de 333 milhões.

O governo estadual tinha obrigação de pagar e não pagou, e o Metrô, segundo informações, sumiu com essa dívida. É como se o Governo do Estado de São Paulo não fosse mais o devedor. Ora, uma presidente foi cassada por uma suposta pedalada fiscal em um banco público, e agora o Governo do Estado de São Paulo dá um calote no Metrô e o Metrô some com a dívida.

Sabem o que é pior? Vejam só a contradição: o governo estadual fez um aumento camuflado na tarifa, porque o governador disse que não haveria aumento, mas depois aumentou o sistema de integração no Bilhete Único e no Bilhete Integrado. Contudo, no recurso contra a suspensão do aumento da tarifa que o governador apresentou e que eu li na presença do presidente do Tribunal de Justiça, ele alega que o aumento tem que ser dado, porque, senão, o prejuízo aos cofres públicos, aos cofres do Metrô e da CPTM, seria da ordem de 222 milhões. Senão, ele teria que pôr 222 milhões para arcar com o não aumento da tarifa - que foi a decisão que a bancada do PT conseguiu na Justiça, suspendendo aquele aumento camuflado, escandaloso, de mais de 30 por cento. Então, o governador está dando o aumento que ele disse que não ia dar, alegando que, se não fizer isso, terá um prejuízo de 222 milhões.

Porém, o Governo do Estado deixou de pagar ao Metrô 333 milhões naquilo que era sua obrigação, também por tarifa. Ou seja, se ele pagasse, não só o aumento poderia ser zero, como ainda sobriaria dinheiro. Então, nós queremos esclarecer essas informações, nos dois casos: o caso das irregularidades, dos pagamentos indevidos por obras não existentes, e, também, o caso dessa pedalada.

Os dois convites foram aprovados. Esperamos que os senhores, secretário e presidente da companhia, venham a esta Assembleia Legislativa, à Comissão de Infraestrutura, de forma transparente, respeitosa com esta Casa, cumprindo com a obrigação que lhes cabe, para dar as devidas informações, porque isso é de interesse de todo o povo de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - TEONILIO BARBA - PT - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - TEONILIO BARBA - PT - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, há sobre a mesa os seguintes requerimentos:
- requerimento do nobre deputado Campos Machado, com o número regimental de assinaturas, solicitando tramitação em Regime de Urgência para o Projeto de lei nº 714/2010.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

- requerimento do nobre deputado Campos Machado, com o número regimental de assinaturas, solicitando tramitação em Regime de Urgência para o Projeto de lei complementar nº 24/2016.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - TEONILIO BARBA - PT - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Alencar Santana Braga e suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 52 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 09 minutos, sob a Presidência do Sr. Paulo Correa Jr.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - PAULO CORREA JR - PEN - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência irá levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 09 minutos.

16 DE FEVEREIRO DE 2017 11ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: DOUTOR ULYSSES, CARLOS GIANNAZI e CARLOS NEDER
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, às 14 horas e 35 minutos.

2 - LUIZ CARLOS GONDIM

Descreve os problemas enfrentados na área da Saúde pelos prefeitos recém empossados. Informa que as ambulâncias à disposição dos municípios estão sucateadas e é urgente trocá-las. Solicita que a Secretária da Saúde faça uma avaliação da condição de cada cidade e tome as providências necessárias.

3 - CARLOS GIANNAZI

Pleiteia a regulamentação da Lei Complementar nº 1144/11, que trata da carreira dos integrantes do quadro de apoio escolar. Elenca as funções exercidas por esses servidores, destacando sua importância para o bom funcionamento das escolas. Cobra a melhoria das condições de trabalho na Educação.

4 - CORONEL TELHADA

Anuncia a visita de vereadores da Câmara Municipal de Penápolis. Defende o envio de recursos para a região de Mairiporã. Considera preocupantes os problemas da Segurança Pública, que fizeram, em alguns estados, necessária uma intervenção do Exército. Julga não existir interesse político em combater a criminalidade.

5 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Cancela a sessão solene marcada para 20/02, às 10 horas, em "Homenagem ao Sr. Daniel Mendez, presidente e fundador da Sapore".

6 - MARCO VINHOLI

Menciona visitas que recebeu de autoridades de todo o estado. Propõe a transformação de Itápolis em município de interesse turístico. Agradece aos seus pares pelo apoio à Frente Parlamentar em Defesa do Estudante, criada por sua iniciativa, e sobre cujos objetivos discorre.

7 - RAFAEL SILVA

Considera que o baixo investimento em Educação é responsável pelo mal da violência no Brasil. Tece críticas à prática de negociação de cargos, que afirma ser típica da política nacional. Argumenta que a Educação é o único caminho que pode levar ao verdadeiro desenvolvimento.

8 - CARLOS NEDER

Comunica a realização de debate, com a participação de deputados do PT, acerca da eleição, em 15/03, da nova Mesa Diretora deste Poder. Faz comentário sobre as ações que poderiam ser tomadas pela oposição. Enfatiza o papel desta Casa na fiscalização do Executivo.

9 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

10 - BARROS MUNHOZ

Presta homenagem à memória de José Luiz Zillo, o qual, relata, fez muito pelo setor sucroenergético em São Paulo. Lamenta o pequeno número de debates realizados nesta Casa. Avalia, em concordância com o deputado Coronel Telhada, ser urgente enfrentar o problema da violência, antes que a situação se torne irreversível.

11 - CARLOS NEDER

Assume a Presidência.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, informa que o presidente Michel Temer sancionou a reforma do Ensino Médio hoje. Afirma que não houve debate a respeito da matéria. Ressalta que esta aprovação trará prejuízos para o Ensino Médio e seus alunos. Esclarece que matérias como história e geografia deixaram de ser obrigatórias no currículo escolar. Lista as matérias obrigatórias. Menciona que o PSOL entrou com uma Adin contra a mesma. Cita o aumento das escolas de tempo integral no Ensino Médio. Lembra que grande parte dos alunos trabalham e não podem frequentar a escola em período integral. Destaca que fará resistência à aprovação da reforma trabalhista e da Previdência.

13 - JOOJI HATO

Pelo art. 82, discorre sobre o número de roubos de celulares em 2015 e 2016. Exibe vídeo, da TV Globo, a respeito do assunto. Menciona os 13 milhões de desempregados do País.

14 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

15 - JOOJI HATO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Defere o pedido. Convida todos para uma audiência pública, a ser realizada 16/02, às 19 horas, para debater o fechamento da Escola Municipal de Iniciação Artística. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 17/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convído o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA- PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, parágrafo 5o, ambos do Regimento Interno, convoca V. Exas. para uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje às 14 horas e 35 minutos com a finalidade de apreciar a redação final das seguintes proposituras: Projeto de lei no 624, de 2002; Projeto de lei no 860, de 2014; Projeto de lei no 945, de 2015; Projeto de lei no 1.232, de 2015; Projeto de lei no 1.530, de 2015; Projeto de lei no 1.553, de 2015; Projeto de lei no 120, de 2016; Projeto de lei no 218, de 2016; Projeto de lei no 229, de 2016; Projeto de lei nº 800, de 2016; Projeto de lei nº 858, de 2016; e Projeto de lei nº 869, de 2016.

Tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cássio Navarro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Doutor Ulysses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, durante este começo de ano tenho ficado aqui na Assembleia até mais ou menos 21 horas, recebendo vereadores, prefeitos que receberam da gestão anterior não uma prefeitura, mas um abacaxi, principalmente na área da Saúde.

A situação da Saúde é bastante delicada. Temos três tipos de hospitais para receber os pacientes encaminhados de uma cidade para outra, mas eles estão sem van para transportar paciente para hemodiálise, para câncer, estão sem ambulâncias. Até me chamou atenção nessa indicação que fiz para Cruzeiro, mas fiz ontem pelo menos umas 18 indicações pedindo ambulância ao governador.

O que está acontecendo? Temos hospitais de pequena, média e grande complexidade. Os hospitais que atendem na área de cardiologia, hemodiálise, cirurgia oncológica; os hospitais que recebem pacientes para cirurgia de vesícula, hérnia, por exemplo; e os hospitais que fazem alguns exames, como ressonância magnética, tomografia. As ambulâncias estão todas sucateadas, e a resposta que tive do governo é que damos uma ambulância a cada dois anos. Acontece que uma das cidades recebeu a última em 2011. Outras cidades juntaram duas ambulâncias para fazer uma. Outras não conseguem fazer, pondo em risco nossos pacientes. Os pneus são totalmente carecas, as Santas Casas mais próximas estão fechadas, que não têm condição de pagar médicos, e os pronto atendimentos e postos de saúde com má condição de atendimento.

Faço um apelo ao secretário David Uip para que possamos fazer uma campanha dizendo da necessidade urgente de cada município, principalmente os que fazem transferência.

Por exemplo, ontem o município de Mendonça disse: "Olha, a nossa situação é muito difícil. Eu tenho que mandar caso para Barretos, para São José do Rio Preto e não temos mais van, não temos mais ambulância".

Então, é arriscado, pois nossos pacientes estão andando em carros bastante estragados. Há municípios que realmente precisam, urgentemente, dessa campanha, ou dessa movimentação, do Governo do Estado para a compra de novas ambulâncias.